

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0063-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.639221103>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Subrinho, Abinalio Ubiratan da Cruz (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde a superação dos paradigmas interpostos pelas tendências de cunho tradicionalista, o campo educacional vem somatizando uma série de ganhos e tensionamentos, entre eles se sublinha o amadurecimento das concepções da aprendizagem enquanto ato situado, atravessado pelas mais diversas experiências e contextos no qual todos os atores envolvidos neste rizoma se tornam importantes elaboradores e propagadores de conhecimento.

Adjunto a isso, se destaca também a indispensável atuação dos professores/as, coordenadores/as e demais profissionais da educação no desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, metodológico, epistemológico, formuladas a partir da investigação da sua própria prática. Estudos que se convertem basilares no desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração o cenário sociocultural no qual a escola está imersa (do qual é simbioticamente integrante) e os sujeitos, intra e extramuros, que a compõem.

Nesse sentido, as práticas de pesquisa em Educação têm oportunizado um ganho sistêmico e multilateral para o campo e para os sujeitos, benefícios que refletem, diretamente, nos gestos e processos sociais: ganha o campo pois, em decorrência das investigações novas lentes são lançadas sobre fenômenos e problemáticas que permeiam as relações seculares do ensinar e aprender, bem como emergem novas questões achados que irão, entre outras circunstâncias, contribuir com reformulação do currículo escolar e da didática, inserindo e revisando temáticas e epistemologias.

Quanto aos indivíduos que, atravessados de suas subjetividades, ao pesquisarem exercem a autoformação, dimensão formativa aqui pensada a partir de Pineau (2002), que em linha gerais a define como um processo perene que acompanha os sujeitos em toda sua vida, promovendo uma revolução paradigmática. O estar atento a você mesmo, suas atitudes, emoções, e a relação com o outro e com o ambiente. A interação destas dimensões constitui um engajamento às causas pessoais, sociais e ambientais, possibilitando que os indivíduos reflitam e ressignifiquem, nesse contexto, o pensar praticar à docência e as outras diversas formas de ensinar.

Desse modo, nesta obra intitulada “**A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo a transformação humana**” apresentamos ao leitor uma série de estudos que dialogam sobre as mais variadas temáticas, entre elas: a formação inicial e contínua dos profissionais da educação; discussões acerca dos níveis e modalidades de ensino, percebidas a partir de diversas perspectivas teóricas; da gestão da sala de aula e da gestão democrática do ensino público; elaboração e análise crítica de instrumentos ensino e situações de aprendizagem; constructos que versam sobre educação, tecnologia, meio ambiente, entre outras propostas transversais. As pesquisas adotam métodos mistos, filiadas a diferentes abordagens, campo teórico e filosófico, objetivando contribuir com a

ampliação dos debates em educação e com a formação, qualificação e deleite de todos os sujeitos que se encontrarem com este livro.

Assim, desejamos a todos e todas uma aprofundada e aprazível leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTERNACIONALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ACRÉDITAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL

Jeinni Kelly Pereira Puziol

Gladys Beatriz Barreyro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211031>

CAPÍTULO 2..... 15

LAS UNIVERSIDADES TECNOLÓGICAS DE HIDALGO: UN ANÁLISIS PESTEL ANTE UNA MEGACIENCIA

Amalia Santillán Arias

Concepción Gómez Juárez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211032>


CAPÍTULO 3..... 26

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A SAÚDE E O SOFRIMENTO PSÍQUICO DO PROFESSOR

Glaé Corrêa Machado

Andréia Mendes dos Santos


Renata Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211033>

CAPÍTULO 4..... 39

EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO: AS TICS COMO MEDIADORAS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Francisco Duarte da Cruz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211034>

CAPÍTULO 5..... 52

INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

Jiuliana Ferreira Florentino

Vanderlei Balbino da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211035>







CAPÍTULO 6..... 62

AS AULAS DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPO DE PANDEMIA: DA TRANSMISSÃO-ASSIMILAÇÃO PARA A SISTEMATIZAÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO

Claudia Lorena Juliato Araujo


Pura Lúcia Oliver Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211036>

CAPÍTULO 7	70
WIKIPÉDIA, UM LÓCUS DE (DES)ENCONTROS ENTRE AGENTES HUMANOS E NÃO HUMANOS?	
Teresa Margarida Loureiro Cardoso Maria Filomena Pestana Martins Silva Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211037	
CAPÍTULO 8	84
COMPREENSÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CRIANÇA A PARTIR DE VIGOTSKI	
Ilda de Franceschi Fellipetto Marciele Dias Santos Cabeleira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211038	
CAPÍTULO 9	91
ASPECTOS RELEVANTES DO PROCESSO CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVO DAS INFORMAÇÕES NO CURSO DE UMA PESQUISA FOCALIZADA NA SUBJETIVIDADE	
Maria Mônica Pinheiro-Cavalcanti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211039	
CAPÍTULO 10	103
DESIGN DA INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO EM SAÚDE E INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	
Fernando dos Santos Almeida Francisco Antonio Pereira Fialho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110310	
CAPÍTULO 11	110
CONCEPÇÃO FENOMENOLÓGICA DE ANGÚSTIA EM SARTRE: ATUALIDADES FILOSÓFICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Maria Lúcia Gomes Figueira de Melo Maria Josevett Almeida Miranda Denise de Souza Simões Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110311	
CAPÍTULO 12	119
SELO LENTE INTERIOR: CERTIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE EMOCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES	
Svetlana Romagna Valentim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110312	
CAPÍTULO 13	142
CONCEPÇÕES E PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES E GRADUADOS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANISTA NO CURSO DE PEDAGOGIA NO ISCED DE CABINDA,	

ANGOLA


Lando Emanuel Ludi Pedro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110313>

CAPÍTULO 14..... 158

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO HUMANA DE JOVENS E ADULTOS DO PROEJA

Bianca Bissoli Lucas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110314>

CAPÍTULO 15..... 166

UM BREVE PANORAMA DAS NORMATIVAS ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O NAPNE

Isabel Freitas Cunha

Valeska Guimarães Rezende da Cunha


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110315>

CAPÍTULO 16..... 175

PROPOSTA DE SISTEMA UNIFICADO PARA O GERENCIAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES DAS ESCOLAS TÉCNICAS

Murilo Santos Garcia

Ana Paula Dário Zocca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110316>

CAPÍTULO 17..... 200

A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO TÉCNICO FRENTE À SUA FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA ASSISTIVA E A AGENDA 2030

Andrea Ribeiro Ramos

Roberto Kanaane

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110317>

CAPÍTULO 18..... 209


EL PERFIL PROFESIONAL DEL INGENIERO DEL SECTOR TIC UN DIAGNÓSTICO BASADO EN COMPETENCIAS

Marcelo Dante Caiafa

Ariel Aurelio

Adrián Marcelo Busto

José Krajnik


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110318>

CAPÍTULO 19..... 223

O ESTRANGEIRO

Suelen Aparecida de Carvalho Rela

Daniela Dias Anjos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110319>

SOBRE OS ORGANIZADORES	229
ÍNDICE REMISSIVO.....	230

CAPÍTULO 1

INTERNACIONALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ACREDITAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL

Data de aceite: 01/03/2022

Jeinni Kelly Pereira Puziol

Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo. Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá

Gladys Beatriz Barreyro

Pós-Doutora em Educação. Professora nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo

RESUMO: O texto apresenta os conceitos de internacionalização, regionalização e integração no contexto da sociedade globalizada do século XXI e examina os processos em que se encarnam, tais como a União Europeia e o MERCOSUL registrando as políticas regionais que impactam à educação superior. Ainda, exemplifica com um processo concreto: a acreditação da educação superior no MERCOSUL Educativo. Metodologicamente, é usada revisão bibliográfica, fontes primárias e secundárias.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização. Educação Superior. Acreditação MERCOSUL.

INTERNATIONALIZATION,
REGIONALISATION, INTEGRATION
AND HIGHER EDUCATION: SOME
CONSIDERATIONS ON REGIONAL
ACCREDITATION OF THE MERCOSUR

ABSTRACT: The paper presents the concepts

of internationalization, regionalization and integration in the context of the global society, in the 21th. Century and examines the processes like European Union and MERCOSUR, especially the higher education regional policies. Then, the MERCOSUR higher education accreditation process is analyzed. Methodologically, it is used literature review, primary and secondary sources.

KEYWORDS: Internationalization. Higher Education. MERCOSUR Accreditation.

INTERNACIONALIZACIÓN,
REGIONALIZACIÓN, INTEGRACIÓN
Y LA EDUCACIÓN SUPERIOR:
ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE
ACREDITACIÓN REGIONAL DEL
MERCOSUR

RESUMEN: El texto presenta los conceptos de internacionalización, regionalización e integración em el contexto de la sociedad globalizada del siglo XXI y examina los procesos en que estos se plasman, como em la Unión Europea y el Mercosur, registrando las políticas regionales que referidas a la educación superior. También, trata del proceso concreto de la acreditación de la educación superior em el Mercosur Educativo. Metodologicamente, utiliza procedimientos de revisión bibliográfica, fuentes primarias y secundarias.

PALABRAS CLAVE: Internacionalización. Educación Superior. Acreditación Mercosur.

INTRODUÇÃO

Território, povo e soberania, elementos fundamentais do Estado-nação, ordenamento

político tradicional que tem seus limites e fronteiras simbolicamente diluídos diante das interações entre nações, características da globalização. Internacionalização, integração e regionalização são ações que emergem com maior intensidade nesse contexto, no qual os países se configuram como territórios nacionais de economia internacional e em que relações geopolíticas, sociais e culturais interagem de forma desigual numa “sociedade em redes” (CASTELLS, 1999).

As redes são pilares importantes da sociedade contemporânea, no qual a interligação econômica, política, social e cultural é cada vez mais comum e basilar nas distintas escalas de análise: global, regional, nacional e local. Tais redes representam um conjunto de nós interligados por relações aleatórias que permitem o fluxo de bens materiais e imateriais, como matéria-prima, mercadorias, pessoas ou informações (CASTELLS, 1999). Atualmente, numa escala global, os blocos regionais se organizam em redes para ampliar suas relações econômicas e políticas entre os países, ressignificando a ideia de Estado-nação, que tem suas fronteiras e limites, econômica, política e culturalmente dissolvidos em favor de relações supranacionais, características da geopolítica global.

Os blocos regionais, além de buscarem o estabelecimento de redes no âmbito econômico e político, também têm investido na expansão das redes sociais e culturais, traduzidas no estreitamento das relações educativas, como é o caso da União Europeia e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). As redes de intercâmbio de objetos econômicos, políticos e/ou sociais são construídas a partir dos territórios que vivenciam a interdependência universal dos lugares (SANTOS, 2009). De acordo com Haesbaert (2011), o território é espaço natural de sobrevivência dos indivíduos, e ao mesmo tempo espaço humano e politicamente construído e delimitado por fronteiras, que compõem a noção tradicional de Estado-nação. Entretanto hoje se verifica a ação de desterritorialização do território, no qual um mercado universal atravessa as fronteiras, e, salvo as proporções, intensidades e objetivos, “nenhuma fração do planeta escapa a essa influência” (SANTOS, 2008, p. 81). A desterritorialização representa a movimentação das fronteiras e limites de países, na esfera econômica, política ou cultural (IANNI, 1999), e os blocos regionais personificam essa lógica de reorganização dos territórios.

Internacionalizar, integrar e regionalizar são ações que estruturam e movimentam os territórios, a desterritorialização e a sociedade em redes. As várias transformações geopolíticas e econômicas ocorridas no “breve século XX” (HOBBSBAWM, 1995) – guerras mundiais, emergência de novas potências econômicas, ampliação das relações globais, guerra fria, revolução tecnológica, crises e retomadas do capital – foram fundamentais para a gestação das ações de internacionalização, integração e regionalização, configurando-se como marcos importantes da organização dos blocos regionais, evidenciando uma “[...] erosão inevitável e irreversível do Estado-nação e a emergência de uma soberania pós-nacional” (VIEIRA; BORBA, 2010, p. 38).

INTERNACIONALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO: REVISANDO CONCEITOS

O verbo “internacionalizar” tem acompanhado a discussão sobre os processos de globalização; o termo, de origem inglesa, refere-se, de acordo com definição do Dicionário HOUAISS (2001, p. 1635), “concernente a duas ou mais nações; que se promove entre nações; relativo às relações entre nações”. A internacionalização pode ser expressa de diversas formas e intensidades, pois nem todas as nações são atingidas da mesma maneira pelas mudanças globais aceleradas a partir da II Guerra Mundial. A internacionalização possui conotações diversas, representando parcerias, acordos, cooperações e pactos entre nações, porém o que mais tem se destacado são as relações financeiras (CHESNAIS, 2002). O traço mais marcante da internacionalização é a “[...] super-expansão dos fluxos internacionais de capital de aplicação financeira em busca de valorização, de tal modo que se tornou indispensável definir a natureza das relações que ligam as atuais formas da internacionalização ao regime de acumulação financeirizado” (CHESNAIS, 2002, p. 5).

Castells (2000) analisa os processos de internacionalização por meio do paradigma da sociedade em redes, no qual economia, sociedade e cultura se inter-relacionam através da tecnologia da informação. Para o autor, “[...] informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais no crescimento da economia, e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida [...]” (CASTELLS, 2000, p. 87). Ainda sobre a internacionalização, a constituição de uma economia global e de redes transnacionais, para Castells (2000, p. 111), “uma economia global é algo diferente: é uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária”.

As redes transnacionais também integram o conhecimento, e a educação formal encontra-se inserida no contexto de rupturas nacionais e relações mundiais. As universidades são pontos importantes no processo de internacionalização do conhecimento. De acordo com Dias Sobrinho (2010, p. 233), “A educação superior não pode fazer de conta que não estejam ocorrendo razões suficientes para que também ela se transforme”.

Green; Eckel; Barblan (2002) analisam o processo de internacionalização, aliado às modificações operadas na educação superior, e retratam o desafio de se atender às demandas da economia mundial sem perder valores fundamentais à formação do indivíduo social.

No entanto, a inserção da educação superior na complexidade global faz emergir importantes questionamentos, como quais as formas de internacionalização que têm se configurado na prática e os objetivos que a educação superior tem cumprido, pois tem se verificado uma dominação de caráter utilitária da formação acadêmica, inclusive seguindo diretrizes provenientes da Organização Mundial do Comércio (OMC) e negligenciando a capacidade crítica e reflexiva que faz parte do *ethos* acadêmico.

Bartell (2003) apontou duas formas de se encarar a internacionalização da educação atualmente, uma simbólica e outra sinérgica. A internacionalização simbólica é compreendida como estudantes de distintos países reunidos num mesmo campus, e a internacionalização sinérgica que envolve o currículo e os programas de investigação, que influencia o papel e as atividades de todas as partes inseridas no contexto educacional.

Knight (2012) aponta cinco verdades sobre o referido assunto: a primeira trata-se da inter-relação entre as práticas regionais, nacionais e internacionais; a segunda verdade refere-se à inexistência de um modelo comum para a internacionalização; a terceira ressalta a necessidade de se estar atento sobre os impactos da internacionalização, pois estes não são apenas positivos; a quarta pontua que a internacionalização não possui um fim em si mesma, mas deve contribuir para o desenvolvimento da educação superior; a quinta e última é sobre a distinção de globalização e internacionalização e sua relação de complementaridade.

De Wit (2011) aponta que a internacionalização da educação tem adquirido uma perspectiva muito instrumental, o que tem prejudicado o seu entendimento. O autor aponta nove meios de se internacionalizar a educação superior e que parecem ter se tornado objetivo final: educação no idioma inglês; estudar ou viver fora do país; tratar temas internacionais; possuir um grande número de alunos internacionais; ter poucos alunos internacionais assegura a qualidade; não é necessário provar as competências interculturais e internacionais; quanto mais associações, mais internacionalizado; educação superior é internacionalizada por natureza; e internacionalização como um fim, e não um meio.

Philip Altbach afirma que: “a internacionalização inclui políticas e programas adotados pelos governos e pelos sistemas acadêmicos para lidar com ou explorar a globalização!” (ALTBACH, 2005, p. 64). Portanto, as universidades necessitam de autonomia no sentido de não aceitar todas as regras designadas fora do país.

Ainda, é importante ressaltar que a internacionalização é um processo relevante para o desenvolvimento da ciência e da sociedade em sua totalidade, quando sua “[...] essência é a cooperação acadêmica, a solidariedade institucional, a liberdade de pensamento” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 184), mas há também no processo de internacionalização educacional a inserção da lógica do mercado que tende a afastar a universidade de referenciais sociais para atender aos ditames mercadológicos, o que demonstra confusão entre cooperação e competição.

Verger; Hermo (2010, p. 105) tecem algumas importantes considerações críticas sobre esse processo de internacionalização da educação:

[...] é um fenômeno que abrange diversos tipos de políticas, programas e dinâmicas a ser desenvolvidos em diferentes escalas territoriais (bilaterais, regionais ou globais). No que diz respeito à escala territorial, hoje os processos de internacionalização da educação superior com o maior impacto

1 Versão das autoras do original em inglês.

estão sendo realizados em nível regional².

A palavra região vem do latim *regionem*, que significa uma parte de um país, uma linha de fronteira ou limite³. O verbo regionalizar, por sua vez, se refere à divisão do país em regiões para realização de estudos; isolamento de uma região das demais do país⁴. Essas noções, sobretudo a de isolamento, são as concepções clássicas de região, nas quais o principal sentido é a divisão ou o recorte espacial. Para Santos (2012, p. 87), “[...] a antiga noção de *região* não pode resistir às configurações atuais da economia, governada, nos diversos países, por uma internacionalização do capital que abarca novas formas”. A região tem sido ressignificada no contexto de globalização, como analisou o geógrafo Roberto Lobato Corrêa em entrevista ao Jornal da UFRJ (2011, p. 17), “A globalização, na verdade, não destrói o lugar, nem a região, mas recria-os, atribuindo-lhes novo papel por meio de uma mais complexa divisão territorial do trabalho”.

A regionalização precisa de integração para o aprofundamento de suas relações econômicas.

Integração é uma palavra de origem latina, *integratione*, que significa o ato de integrar, incorporar, complementar; combinação de partes ou elementos para constituição do todo⁵. Herz; Hoffman (2004, p. 168) definem integração como um “[...] processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional”.

A integração representa uma união de interesses, porém não existe consenso sobre o seu significado, tanto no sentido de considerá-la como um meio ou fim de determinado objetivo e também a quais objetos ela se refere. De acordo com Machlup (1976), pode-se falar em integração nacional (intranacional), regional (multinacional e bloco de países) e também mundial (global). E esses tipos de integração podem funcionar em diferentes graus de intensidade.

Balassa (1964) é um dos clássicos da Teoria da Integração, desenvolvida principalmente a partir da década de 1950. Para o autor, a integração está aliada ao desenvolvimentismo necessário às nações com a forte presença do Estado, sobretudo aquelas ao sul da linha do Equador, e também à diminuição da beligerância entre países que estiveram envolvidos em conflitos, e deveria haver uma diminuição do papel do Estado a favor da supranacionalidade. Para Balassa (1964, p. 7-8), “a integração econômica total pressupõe a unificação das políticas econômica, fiscal, etc. e requer o estabelecimento de uma autoridade supranacional”.

A integração econômica, atrelada à integração da educação superior, baseada nos diversos processos de internacionalização, caracteriza a sociedade contemporânea que é ao mesmo tempo global, nacional, regional e local. “Em lugar da sociedade nacional, com

2 Versão das autoras do original em inglês.

3 Dicionário etimológico *online*.

4 Dicionário Michaelis *online*.

5 Dicionário Michaelis *online*.

os seus dilemas e as suas perspectivas, a sociedade global, com os seus dilemas e as suas perspectivas” (IANNI, 1999, p. 98). É fundamental considerar as forças contraditórias em todos os processos de integração regional, pois “[...] ao mesmo tempo em que podem ser afinados os interesses das elites e dos atores sociais hegemônicos, também podem ser contemplados, históricos projetos das forças políticas populares” (AZEVEDO, 2013, p. 235).

UNIÃO EUROPEIA E MERCOSUL

A União Europeia foi o bloco pioneiro na congregação de soberanias nacionais a fim de ampliar seu poder nos contextos mundial e regional. Oficializada com o Tratado de Maastricht em 1993, ela é resultado de décadas de negociações políticas, econômicas e sociais, iniciada em 1951 com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) após a II Guerra Mundial. Vieira; Borba (2010, p. 73), ao analisar a situação dos países-membros da União Europeia, ressaltam que “[...] apesar de continuarem sendo Estados soberanos, reúnem a sua soberania em algumas áreas para alcançarem níveis de força e influência que não obteriam isoladamente”.

A União Europeia trata-se de um bloco econômico, definido como Mercado Comum, ou seja, “além da tarifa externa comum, promove também a harmonização da política comercial e livre circulação de serviços, capitais e pessoas” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 170). Além de Mercado Comum, existem outras modalidades de blocos econômicos definidos, de acordo com Herz; Hoffman (2004), como Área de Livre-comércio, na qual “[...] as tarifas comerciais entre seus membros são eliminadas, mas cada um possui tarifas comerciais diferenciadas com terceiros” (p. 168); União Aduaneira, entendida como “área de livre comércio com uma tarifa externa comum” (p. 168); e União Monetária, definida como “mercado comum, acrescentando-se uma moeda comum à harmonização da política monetária” (p. 168).

Além de se configurar como mercado comum, a União Europeia também é uma união monetária, pois possui uma moeda de negociação no interior do bloco regional desde 2002 por meio de papel e moeda, o euro. Vieira; Borba (2010) compreendem a União Europeia como “[...] uma organização supranacional que possui caráter único. [...] o seu estágio de integração atual é tão alto que propiciou a adoção de uma moeda comum (o euro) [...]” (p. 55).

A supranacionalidade é entendida como algo que “que transcende o nacional; cosmopolita; que pertence a um organismo ou a um poder posto acima do governo de cada nação” (HOUAISS, 2001, p. 2644). Entretanto nem todos os blocos econômicos são representados de maneira supranacional.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um bloco oficializado pelo Tratado de

Assunção e integrado por Argentina, Brasil, Paraguai⁶ e Uruguai, que são Estados-Parte. Mas tarde, foram acrescentados como estados associados: Chile (1996), Bolívia (1998), Peru (2003), Equador e Colômbia (2004), após assinaturas de protocolos adicionais. A Venezuela passou a ser Estado Parte em 2013.

Contudo, o MERCOSUL começou a vigorar a partir do Protocolo de Outro Preto, de 1994 que implantou as regras macroeconômicas do acordo. O seu objetivo é a integração regional com o intuito de superar o subdesenvolvimento da região e aumentar a competitividade econômica; também propõe a livre circulação de mercadorias e pessoas dentro dos países que o compõem. Ainda, pretende contribuir ao desenvolvimento científico e tecnológico dos países.

A finalidade econômica é a principal no bloco, criado para garantir a competitividade externa. A Argentina e o Brasil que têm uma economia maior e maior peso defenderam baixa institucionalidade do bloco o que trouxe menor integração garantindo maior autonomia dos países tanto na política externa, quanto na econômica (COUTO, 2010).

Ao discutir a supranacionalidade no contexto dos blocos regionais, D'Angelis (2006) afirma que as instituições do MERCOSUL:

[...] não constituem propriamente uma jurisdição supranacional. Para que assim fosse, tal qual ocorre na União Européia, seria necessário contar com órgãos autônomos (distintos da representação dos Estados Partes) e com as atribuições de competência apropriadas ao papel que se convencionou dotá-los, além da eficácia direta das normas no direito interno (p. 182).

Para Mello (1996, p. 123), o essencial da integração regional é a “[...] soberania supranacional, síntese da delegação de outras soberanias”. De acordo com D'Angelis (2006), os blocos regionais necessitam de uma “soberania compartilhada ou coletiva”. No entanto, no caso do MERCOSUL, os Estados “[...] optaram por não transferir nenhuma parcela de suas competências legislativas aos órgãos do MERCOSUL [...]. Estão vinculados demasiadamente à noção clássica da soberania como inalienável e indivisível” (VIEIRA; BORBA, 2010, p. 200).

EDUCAÇÃO SUPERIOR E INTEGRAÇÃO

Além de preverem integração econômica e política, a União Europeia e o Mercosul também buscam integrações e parcerias no âmbito da educação. A educação, sobretudo a educação superior, é fator estratégico para o desenvolvimento dos territórios e tem sido objeto de integração regional com o intuito de ampliar as possibilidades de formação e qualificação educativa para além das fronteiras nacionais. No caso da União Europeia, a integração da educação superior está sendo promovida pelo Processo de Bolonha e tem como objetivo a integração dos diferentes sistemas nacionais de educação superior por

6 O Paraguai foi suspenso do Mercosul entre 2012 e 2014 quando da destituição do ex-presidente Lugo.

intermédio de mecanismos de acreditação, mobilidade e comparação.

Na União Europeia, no contexto do Processo de Bolonha, destacam-se alguns programas e ações: Erasmus Mundus; Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida; Emprego dos jovens: perspectivas; Agência de Execução Relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura; Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT); Eurydice; Programa a favor das instituições, associações e ações de interesse educativo e formativo; e Programa *eLearning* (FIGUEIREDO, 2014).

Além dos programas, o Processo de Bolonha possui importantes linhas de ação sintetizadas por Antunes (2007, p. 3):

- 1-Adopção de um sistema de graus facilmente legível e comparável;
- 2- Adopção de um sistema essencialmente baseado em dois ciclos;
- 3- Estabelecimento de um sistema de créditos;
- 4- Promoção de mobilidade;
- 5- Promoção da cooperação Europeia na garantia de qualidade;
- 6- Promoção da dimensão Europeia no ensino superior;
- 7- Aprendizagem ao longo da vida;
- 8-Instituições do Ensino Superior e Estudantes;
- 9- Promover a atractividade do Espaço Europeu de Ensino Superior;
- 10- Estudos de doutoramento e a sinergia entre o Espaço Europeu de Ensino Superior e o Espaço Europeu de Investigação.

No MERCOSUL, desde o começo a educação assumiu um papel estratégico, sendo assinado, em 1992, o primeiro Plano Trienal de Educação, cujas prioridades focavam em propostas de conhecimento mútuo dos sistemas educacionais para iniciar políticas de cooperação. No que diz respeito à educação superior, o plano visava à formação de recursos humanos de alto nível, a cooperação técnica definindo áreas prioritárias, realização de estudos comparativos e fomento de redes de informação (MERCOSUR EDUCATIVO, 2012).

Posteriormente, o MERCOSUL objetivou integrar a educação superior de modo a dinamizar a relação educativa entre os países-membros e criar um espaço comum para estudos, pesquisas e mobilidades (DIAS SOBRINHO, 2010).

O Setor Educacional do MERCOSUL (SEM) tem como objetivo integrar os sistemas nacionais de ensino superior dos Estados-membros a partir de três atividades: o reconhecimento do processo de formação acadêmica (acreditação), o desenvolvimento de programas de mobilidade acadêmica e a cooperação interinstitucional, baseados em programas de pesquisa colaborativos e redes de trabalho. Já foram efetivados quatro planos de ações no contexto do SEM, e o quinto plano está em curso com oito princípios norteadores para a expansão: confiança, respeito e consenso, solidariedade, cooperação, impacto, difusão e visibilidade, gradualidade, diálogo e integração (MERCOSUL, 2011).

Atualmente, de acordo com MERCOSUL (2011), estão em vigência no SEM os seguintes programas e projetos: Sistema de Acreditação Regional de Carreiras Universitárias dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados (ARCU-SUL); Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas pelos Mecanismos de

Acreditação de Carreiras de Graduação; Mobilidade de Docentes de Graduação; Programa de Associação Universitária para Mobilidade de Docentes de Graduação; Programa de Intercâmbio Acadêmico de Português e Espanhol; Projeto de Apoio da União Europeia ao Programa de Mobilidade Mercosul em Educação Superior; Núcleo de Estudos e Investigações em Educação Superior; e Sistema Integral de Fomento para a Qualidade da Pós-graduação (MERCOSUL, 2011).

POSSIBILIDADES E LIMITES: EXAMINANDO O CASO DA ACREDITAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MERCOSUL

A acreditação da educação superior é uma das ações concretas em que tem se verificado processos de internacionalização pela via da integração regional, desenvolvida no Mercosul Educativo.

A acreditação está relacionada com a preocupação pela qualidade da educação que adquiriu importância com a hegemonia do neoliberalismo, nas duas últimas décadas do século XX, o que gerou reformas e políticas educativas, dentre as quais a avaliação sistêmica. Ainda, desde finais do século XX, a educação superior adquiriu importância na emergente sociedade do conhecimento, devido a sua possibilidade de desenvolver conhecimentos e tecnologias aproveitáveis para o mercado, o que reforçou a preocupação internacional pela qualidade. Além disso a globalização precisa de trabalhadores e cientistas transnacionais, que circulem pelo mundo e cujas credenciais atestem a qualidade de sua formação (BARREYRO, 2015). Soma-se a isso que a concepção de educação divulgada por diversos organismos como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), e o Banco Mundial, entre outros, pode ser mais facilmente assimiladas no âmbito regional, segundo assinalam Verger e Herme (2010). A escolha da qualidade, plasmada nas políticas de acreditação da educação superior no MERCOSUL, está relacionada com as questões acima mencionadas.

A discussão sobre a acreditação da educação superior no MERCOSUL teve início em 1996 e, depois de algumas tentativas, foi estabelecido o Memorando de Entendimento sobre a Implantação de um Mecanismo Experimental de Acreditação de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do Mercosul, Bolívia e Chile (MEXA), que foi aplicado entre 2004 e 2006 acreditando cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina, que participaram de forma voluntária⁷.

Posteriormente, em 2008, foi criado um sistema permanente: o Sistema de Acreditação de Cursos Universitários do MERCOSUL (Sistema ARCU-SUL), que manteve as mesmas características do MEXA, mas incorporou outros cursos: Enfermagem, Odontologia e Veterinária, para realizarem as suas creditações, entre 2008 e 2012. Tanto no MEXA quanto no ARCU-SUL a acreditação é considerada como voluntária. Para sua

⁷ O MEXA acreditou 62 cursos, sendo 19 de Agronomia, 29 de Engenharia e 14 de Medicina. (MERCOSUR, 2008, apud BARREYRO, LAGORIA e HIZUME, 2016).

implementação, foi proposta a criação de uma rede de agências de acreditação, integrada pelas agências de acreditação de cada país. Elas são as responsáveis por fazer as creditações (MEXA e ARCU-SUL) em seu respectivo país, pois, o processo regional é executado em nível nacional: cada um dos países estabelece os critérios para que seus cursos participem da acreditação, o que – na prática – de fato –, pré-seleciona os cursos participantes e essa pré-seleção está baseada em critérios de qualidade.

A implementação tanto do MEXA quanto do ARCU-SUL teve diversos percalços. Um deles foram as características tão diversas entre os sistemas de educação superior nacionais, em que convivem sistemas de educação superior antigos e consolidados (Argentina, Uruguai) com outros novos (Brasil), quase recém criados (Paraguai, Bolívia); em que predominam as matrículas no setor privado (Brasil, Paraguai, Chile) ou no setor público (Argentina, Uruguai); que possuem sistemas nacionais de avaliação da educação superior (Argentina, Brasil, Chile) ou não realizavam avaliações desse nível de educação (Uruguai, Paraguai, Bolívia); sistemas de massa (Argentina, Uruguai) com sistemas de elite, dentre outras (BARREYRO; LAGORIA; HIZUME, 2016).

Dessas questões, uma das que mais interferiu nos processos foi a prévia experiência de acreditação e/ou avaliação da educação superior que, no caso da Argentina e do Brasil era ampla, mas não no caso de Bolívia, Uruguai e Paraguai. O grande desenvolvimento das experiências de Argentina e do Brasil foi fundamental no desenvolvimento do Mecanismo Experimental (MEXA), mas não garantiu a realização das creditações brasileiras no ARCU-SUL, no tempo preestabelecido, pois o país demorou a cumprir com seu compromisso, devido à prioridade da agenda doméstica de educação superior (BARREYRO, 2014a) e a problemas operacionais gerados pela participação de diversos organismos do Ministério da Educação na execução dos processos de acreditação (HIZUME, 2013). Já o Paraguai começou a realizar avaliação da educação superior, influenciado diretamente pela experiência da acreditação MERCOSUL: criou uma agência de acreditação, em 2003, e desenvolveu processos internos de avaliação de cursos superiores atrelados à acreditação MERCOSUL. Porém o Uruguai realizou suas creditações regionais mediante a designação de comissões *ad hoc*, nomeadas pelo Ministério da Educação. Não criou um organismo de acreditação e realiza creditações em nível nacional só para cursos e instituições privadas (BARREYRO, LAGORIA e HIZUME, 2015).

Além das diferenças entre os sistemas, outro dos problemas é o valor das creditações. Quando ele foi iniciado, um dos objetivos era que os cursos creditados permitissem o exercício da profissão em outros países do Mercosul. Isto, logo, foi abandonado no MEXA, pois as associações profissionais dos países têm diversos modos de funcionamento: em alguns é obrigatória a licença e em outros não. Assim, rapidamente foi percebida a dificuldade, pois não seria apenas com a acreditação Mercosul que seria permitido o exercício profissional e seria necessária decisão de política pública.

Apesar dessa situação, tanto o MEXA quanto o sistema ARCU-SUL continuaram a

acreditar cursos, passando a focar na mobilidade de professores e pesquisadores. Mas, a mobilidade acadêmica, de fato e na prática, independe da acreditação e é organizada a partir de convênios entre instituições, especialmente entre universidades, pois a sua autonomia lhes permite esse tipo de relação. Ou seja, que também para a mobilidade a acreditação não resulta imprescindível.

Percebe-se que a acreditação MERCOSUL, ganha sua importância dependendo do contexto, adquirindo diversos valores. Por exemplo, Lagoria (2015) afirma que em entrevistas de pesquisa que realizou para a sua tese doutoral, detectou que a acreditação MERCOSUL possui um valor de prestígio, na Argentina, nos cursos de engenharia. A autora registra que seus entrevistados consideraram positiva a acreditação MERCOSUL, pois permite que os estudantes participem do Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para os Cursos Acreditados do MERCOSUL (Programa MARCA). BARREYRO (2014), afirma que no caso de instituições uruguaias, corroborou a utilização do selo de qualidade MERCOSUL como estratégia de marketing, o que também ocorre em IES localizadas na fronteira do Brasil com países do MERCOSUL. A autora recuperou depoimentos de entrevistados que valorizavam o conhecimento, até então, ignorado, dos cursos de outros países, sua organização e currículos, a partir de sua participação como *peer review* dos processos de acreditação MERCOSUL, destacando sua importância para a revisão dos cursos de suas próprias instituições.

Assim, apesar dos percalços e limitações, a acreditação MERCOSUL continua ressignificando os seus valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internacionalização é uma característica da educação superior desde os inícios da universidade, porém com a globalização, ela adquire reforços e peculiares características. A integração regional e a conformação de blocos, como a União Europeia e o MERCOSUL também incluem a educação dentro de suas prioridades e, dentre ela, a educação superior. O MERCOSUL Educativo também considera a educação superior. Priorizou os processos de acreditação de cursos universitários e, apesar das crises pelas que atravessou o MERCOSUL (algumas atreladas às mudanças de governos nos países) continuaram a ocorrer.

Verifica-se que a política global de avaliação de instituições de educação superior, que começou a ser desenvolvida em alguns países, em nível nacional, na década de 1990, foi reforçada pelo nível regional. Assim, alguns países que não a tinham adotado, como o caso do Paraguai, começaram a desenvolvê-la em nível nacional a partir da sua participação na acreditação MERCOSUL.

Percebe-se assim, a interligação entre as escalas global, regional e nacional. Contudo, a peculiar organização do MERCOSUL em que as instâncias nacionais mantêm

seu poder decisório, parecem retardar o andamento de algumas políticas de integração. Ou seja, apesar dos processos de internacionalização, ainda é importante o papel dos Estados Nacionais no âmbito do MERCOSUL que não possui instituições supranacionais.

Uma nova fase do sistema ARCU-SUL, anunciada em 2015 e a inclusão de novos países para participar dos processos de acreditação regional, poderão mostrar outros andamentos (BARREYRO; LAGORIA; HIZUME, 2016).

Mas, provavelmente, os processos continuem atrelados ao aprofundamento ou não de decisões políticas do bloco e ao aprofundamento ou não de estratégias de integração do MERCOSUL, influenciadas também pelos governos dos países que o compõem, pois apesar da crescente globalização e da internacionalização da educação superior, ainda é importante a dimensão nacional nos países do bloco.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip G. Globalization and the University: Myths and Realities in an Unequal World. *Almanac of Higher Education*, Washington, D.C., 2005. Disponível em: <<http://www.nhnea.org>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

ANTUNES, Fátima. O espaço europeu de ensino superior para uma nova ordem educacional? *Educação Temática Digital*, Campinas, v.9, dez. 2007. p.1-28.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A convergência de políticas para a educação superior no Mercosul: integração ou europeização? IN: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce. (Org.). *Políticas de Educação Superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 221-242.

BALASSA, Bela. Hacia una teoría de la integración económica. In: WIONCZEK, M. S. *Integración de América Latina: experiencias y perspectivas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964, p.3-14.

BARREYRO, Gladys Beatriz. Educação superior, internacionalização e qualidade: *AHELO*, ENADE global ou *PISA* da educação superior? *37ª Reunião Nacional da Anped*. Tensões e perspectivas para a educação pública brasileira, UFSC, Florianópolis, 4 a 8 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT11-4238.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

BARREYRO, Gladys Beatriz. A acreditação MERCOSUL e a agenda interna da política de educação superior brasileira. In: SOUSA, Andréia Silva Quintanilla; CAMARGO, Arlete Maria Monte (Orgs.) *Interfaces da educação superior no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2014a. p. 49-61.

BARREYRO, Gladys Beatriz. Acreditação da Educação Superior no Mercosul: o papel do Brasil. *Relatório final*. Edital Universal: Processo N° 483.258/2011-3, 2014, 233 p. (mimeo).

BARREYRO, Gladys Beatriz, LAGORIA, Silvana Lorena e HIZUME, Gabriella. As Agências Nacionais de Acreditação no Sistema ARCU-SUL: primeiras considerações. *Avaliação* (Campinas), mar. 2015, v.20, n.1, p.49-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772015000100049&lng=en&nrm=iso&tlng=pt,a>. Acesso em 15 de janeiro de 2016. <http://dx.doi.org/10.590/S1414-40772015000100005>

BARREYRO, Gladys Beatriz, LAGORIA, Silvana Lorena e HIZUME, Gabriella La implementación del Sistema Regional de Acreditación de Carreras Universitarias del Mercosur: algunas comparaciones entre las Agencias Nacionales de Acreditación. *Revista española de educación comparada*. 2016. (aceito para publicação)

BARTELL, Marvin. Internationalization of universities: a university culture-based framework. *Higher Education*, USA, n. 45, p. 43-70, 2003.

CASTELLS, Manuel. *Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. Sociedade em Rede, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. *Era da Informação: economia, sociedade e cultura*. O fim do milénio. v. 3. Lisboa: Fundação Galouste Gulbenkian, 2003.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan./jun. 2002.

COUTO, Leandro Freitas. Política externa brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula. *Civitas*, Porto Alegre v. 10 n. 1 p. 23-44 jan.-abr. 2010.

D'ANGELIS, Wagner Rocha. *MERCOSUL: Da intergovernabilidade à supranacionalidade?* Curitiba: Juruá, 2006.

DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

FIGUEIREDO, Maria. Pacheco. A formação de profissionais para a educação básica no contexto do ensino superior europeu. IN: PORTUGAL, G. [et al.] (Org.). *Formação inicial de professores e educadores: experiências em contexto português*. Aveiro: UA Editora, 2014. p. 19-36.

GREEN, Madeleine; ECKEL, Peter; BARBLAN, Andris. The brave new (and smaller) world of higher education: a transatlantic view. *International Higher Education*, Washington, D.C., v. 29, September, 2002.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: histórias e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HIZUME, G. C. A Implementação do Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul: um estudo sobre as Agências Nacionais de Acreditação da Argentina e do Brasil. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo 2013, 265 p.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JORNAL DA UFRJ. *Entrevista com Roberto Lobato Azevedo Corrêa*. Ano VI, n. 62, agosto, setembro e outubro de 2011.

KNIGHT, Jane. Cinco verdades a respeito da internacionalização. *International Higher Education*, Boston College, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

LAGORIA, Silvana Lorena. Acreditación de carreras de grado en el ámbito nacional y regional. El caso de las Ingenierías. *Tesis doctoral*. Doctorado en Estudios Sociales de América Latina. Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina, 2015, 312 p.

MACHLUP, Fritz. A history of through on economic integration. In: *Congress of the international economic association*, Budapest. Economic integration worldwide, regional, sectorial: proceedings of the fourth Congress... New York: John Wiley, 1976. p.61-85.

MELLO, Celso de Albuquerque. *Direito Internacional da Integração*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

MERCOSUL. *Plano de Ação do Setor Educativo do Mercosul (2011-2015)*. Montevideo, República Oriental del Uruguay, 2011. Disponível em: <www.sic.inep.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2013.

MERCOSUR EDUCATIVO, 2012. *Plan trienal de Educación*. (s/d) Mimeografado.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. *Eurozine*, 2002. Disponível em: <<http://www.eurozine.com>>. Acesso em: 08 jun. 2013.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: EDUSP, 2012.

VERGER, Antoni; HERMO, Javier Pablo. The governance of higher education regionalisation: comparative analysis of the Bologna Process and MERCOSUR-Educativo. *Globalisation, Societies and Education*, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14767720903574116>>. Acesso em: 02 mai. 2013.

VIEIRA, Liszt; BORBA, Cíntia Reschke. *Nacional X Global: União Europeia e Mercosul*. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

WIT, Hans de. Internacionalización de la Educación Superior: Nueve interpretaciones erróneas. *International Higher Education*, Boston College, n.64, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acreditação MERCOSUL 1, 10, 11, 12
Alfabetização 51, 54, 149, 154, 160, 223, 224, 229
Angústia 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117
Audiência 103, 104, 105, 107, 108, 192
Aulas remotas 62, 65, 110

C

Competencias profesionales 209, 216
Comunicação 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 71, 85, 86, 87, 88, 92, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 124, 127, 175, 177, 186, 188, 193, 201, 202, 203, 226, 229
Criação 5, 6, 10, 35, 42, 46, 49, 51, 72, 80, 92, 114, 115, 125, 167, 172, 175, 176
Currículo 4, 23, 37, 58, 142, 145, 147, 148, 152, 153, 157, 164, 165, 169, 179, 223, 225
Curso de pedagogia 142, 155

D

Deficiência 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 104, 105, 167, 168, 169, 170, 172, 201, 202, 203, 204, 205, 207
Design de informação 103, 108

E

Educação 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 26, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 70, 84, 86, 89, 90, 91, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 119, 127, 132, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 188, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229
Educação especial 54, 57, 60, 61, 147, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 208
Educação Física 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165
Educação profissional 158, 160, 161, 165, 171, 172, 174, 195, 196, 200, 204, 208
Educação superior 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 39, 44, 62, 64, 68, 171
Ensino-aprendizagem 39, 40, 41, 42, 45, 48, 49, 62, 105, 148
Epistemologia qualitativa 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

F

Fenomenologia 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117

Filosofia 108, 110, 113, 115, 116, 117, 157, 229

Finanças 175, 184, 186, 187

Formação continuada 34, 147, 161, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207

Formação de professores 31, 32, 33, 51, 82, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 152, 153, 154, 156, 157, 170, 208, 229

Formação humana 145, 158, 159, 225

G

Gestão 62, 63, 64, 65, 68, 75, 76, 110, 120, 121, 124, 126, 133, 134, 138, 140, 142, 156, 175, 176, 177, 178, 179, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 207

I

IFSP 166, 167, 171, 172, 173, 174

Inclusão escolar 52, 60, 61, 169, 203, 206, 207, 208

Inclusão social 103, 161, 203

Informação 3, 8, 13, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 71, 82, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 108, 133, 151, 185, 187, 190, 200, 201, 202, 229

Inovação 8, 37, 147, 148, 151, 175, 184, 185, 190, 194, 204

Internacionalização 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 12, 14

M

Matemática 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 164, 226, 229

Megaciencia 15, 16, 17, 18, 20, 23

N

Normativas da educação inclusiva 166

O

Organizações 13, 31, 106, 119, 121, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 189

P

Pandemia 17, 18, 20, 21, 39, 40, 62, 64, 103, 104, 105, 108, 110, 111, 112, 116, 117

PESTEL 15, 16, 17, 25, 190

Pressupostos do NAPNE 166, 173

Processo construtivo-interpretativo 91, 93, 95, 96, 98, 99, 100

PROEJA 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165

Q

Qualidade de vida 26, 28, 114, 134, 140, 163, 203

Questionário 62, 68, 119, 126, 130, 131, 132, 134, 142, 152, 155, 175, 176, 177, 182, 205

R

Reflexão 30, 33, 36, 42, 52, 53, 62, 68, 81, 84, 93, 110, 145, 155, 158, 164, 166, 223, 224

Responsabilidade social 116, 117, 119, 122

Robô 70

S

Saúde do trabalhador 26, 28

Saúde mental 119, 123, 124, 130

Saúde pública 28, 103, 105, 106

Sensibilidade 142, 144, 223

Sincrotrón mexicano 15, 16, 18, 23

Sistema sociotécnico 70, 71, 72, 73, 74, 80, 81

Sistematização coletiva do conhecimento 62, 64, 65, 66, 67

Subjetividade 26, 35, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 125, 202, 227

T

Tecnologia assistiva 200, 202, 203, 205, 206, 207

Tecnologias 9, 29, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 65, 71, 82, 129, 133, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 229

Teorias da educação 52, 61

Trabalho docente 26, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Transformación digital 209, 210, 211, 214, 221

U

Universidades tecnológicas 15, 18

V

Valorização da vida 110, 112

W

Wikipédia 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83


A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022





A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022